



AUDIOLIVRO: RECURSO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA DE ACESSO A LITERATURA INFANTO-JUVENIL POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES CEGOS OU COM BAIXA VISÃO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.

Kássya Christinna Oliveira Rodrigues¹

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: 6. Tecnologia Assistiva e Educação Especial

RESUMO: Este estudo versa sobre a produção de um recurso de tecnologia assistiva que pretende viabilizar acesso à literatura infanto-juvenil para crianças e adolescentes cegos e baixa visão do município de Santarém – Pará. Como problemática de investigação destacou-se: como favorecer as crianças e aos adolescentes cegos e com baixa visão do município de Santarém livros de literatura? Entre os objetivos destacou-se investigar uma estratégia de acesso a literatura infanto-juvenil pelas as crianças e adolescentes; produzir recurso de acessibilidade de literatura infanto-juvenil que promova acesso à literatura infanto-juvenil para crianças e adolescentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que têm como participantes as pessoas cegas e com baixa visão das duas associações de cegos de Santarém. Algumas pessoas cegas e pessoas com baixa visão realizaram a escuta de audiolivros de modo a trazerem contribuições do que poderia ser melhorado no recurso. A pesquisa está em andamento. Entre alguns resultados destacam-se: as pessoas cegas e as com baixa visão relataram que há uma dificuldade de acesso, por elas a diversos e variados textos, mesmo havendo recursos tecnológicos leitores e de textos como aplicativos e o sistema DOSVOX; esses aplicativos e sistemas não leem gráficos e imagens; há a necessidade da pessoa cega se apropriar do sistema Braille por garantir sua alfabetização.

Palavras-chave tecnologia assistiva; pessoas cegas ou com baixa visão; leitura/literatura.

¹ Kássya christinna Oliveira Rodrigues. Graduada do curso de Licenciatura plena em Pedagogia (UEPA). Mestre em Educação. Coordenadora Pedagógica SEDUC. E-mail: kassyao@yahoo.com.br



UNIFESSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



1. INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre a produção de um recurso de tecnologia assistiva que pretende viabilizar acesso à literatura infanto-juvenil a crianças e adolescentes cegos e com baixa visão do município de Santarém – Pará, por meio de uma mídia de áudio. Vale destacar que há uma intencionalidade de que esse recurso desperte nas crianças e adolescentes o interesse pela literatura e, conseqüentemente pela busca do aprendizado da leitura por meio do sistema BRAILLE.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A problemática que orienta essa pesquisa, bem como a proposta de construir um recurso e acessibilidade que sensibilize esse segmento social a prática da leitura é a seguinte: como favorecer as crianças e aos adolescentes cegos e com baixa visão do município de Santarém o acesso a livros de literatura? Desse modo, objetivou investigar uma estratégia que garanta acesso à literatura infanto-juvenil pelas crianças e adolescentes cegos e com baixa visão do município de Santarém; produzir um recurso de acessibilidade de literatura infanto-juvenil para crianças e adolescentes cegos e com baixa visão; desenvolver uma estratégia de acesso à literatura que as crianças e os adolescentes desenvolvam o interesse pela leitura e a busque com o aprendizado sistema BRAILLE.

Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa trazendo o contributo de Chizzotti que significa o termo qualitativo como “uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objeto de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (ano, p.221).

Trata-se ainda de uma pesquisa colaborativa como explicita Rabelo (2016, p.111) o termo pesquisa colaborativa “compreendida como uma prática investigativa que pode possibilitar construções mais conscientes e distantes do puro praticismo e automatismo de práticas consolidadas, auxiliando na caminhada em direção a uma

atuação docente emancipatória (IBIAPINA; FERREIRA, 2005 *apud* RABELO, 2016, p.111)”.
Têm como participantes pessoas cegas e com baixa visão de duas associações de cegos de Santarém, a saber: Associação Santarena para inclusão das Pessoas Cegas e com Baixa Visão-ASSIC e Associação dos Deficientes visuais do Baixo Amazonas- Adevibam. Estes auxiliaram na produção dos audiolivros com a escuta de uma parte do material, trazendo suas percepções e contribuições sobre o mesmo.

A organização da pesquisa dá-se com o levantamento bibliográfico sobre leitura, literatura, recursos de acessibilidade, bem como o desenvolvimento das funções psíquicas superiores de pessoas com necessidades educacionais especiais – PNEEs quando “sofrem” qualitativas intervenções educativas, estas entendidas como as que promovem o desenvolvimento humano.

Realiza-se a leitura de textos que traçam problematizações sobre a necessidade dos profissionais da educação, especialmente os que atuam com o atendimento educacional especializado, em elaborar estratégias que facilitem a interação de PNEEs com o mundo, portanto com os saberes produzidos e acumulados ao longo da história, tendo na construção da tecnologia assistiva um recurso acessível como “porta” de acesso àqueles saberes.

Realiza-se a leitura de textos que traçam problematizações sobre a necessidade dos profissionais da educação, especialmente os que atuam com o atendimento educacional especializado, em elaborar estratégias que facilitem a interação de PNEEs com o mundo, portanto com os saberes produzidos e acumulados ao longo da história, tendo na construção da tecnologia assistiva um recurso acessível como “porta” de acesso àqueles saberes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta do audiolivro como um recurso de tecnologia assistiva foi pensado a partir da percepção de que o Brasil ainda se constitui um país com altos índices de analfabetismo de sua população 27% (IBGE, 2016). Soma-se a esta problemática uma prática cultural que pouco agrega a leitura de literatura como possibilidade de alargamento dos horizontes do imaginário infantil, bem como a construção e sedimentação da subjetividade humana por meio do desenvolvimento das funções psíquicas superiores deste ser que necessita acessar a literatura e se apropriar da leitura.

Quando se discorre sobre a apropriação da leitura, não se refere à leitura de textos comerciais quaisquer como reflete Britto (2015a), mas da aquisição do que há de melhor na literatura, textos densos, que desafie a pessoa como leitora e, assim esta aprenda/aprenda o desejo de ler, com qualidade e profundidade. Diante do explicitado há que se considerar que há um grupo de pessoas que fica especialmente marginalizada do acesso aos textos de literatura, bem como da leitura de textos literários, neste caso, as pessoas cegas. Como a criança e o adolescente cego e com baixa visão acessam textos de literatura se, em muitas situações, a comunidade que o circunda como seus pais, irmãos mais velhos e professores não são exímios leitores de textos de literários? Este questionamento representa um fio condutor dessa pesquisa, por isso a mobilizou.

A produção de material acessível no formato de audiolivro de literatura de boa qualidade para uma clientela infanto-juvenil pode ser uma alternativa de acesso a textos literários por crianças e adolescentes cegos e com baixa visão. Britto anuncia que:

A leitura demanda engajamento em práticas de leitura de textos literários e de expressão cultural que instigam a indagação, a criatividade e o protagonismo; obriga reconhecer que, nesta ordem social, ler é uma forma fundamental de participação na vida social, cultural e política do país (BRITTO, 2015a, p.33).

Percebam que Britto (2015) discorre já sobre a leitura, mas esta pesquisa, então em curso, ainda apresenta como proposta o acesso à literatura pela criança e adolescente cego e com baixa visão a textos literários veiculados por meio de um dispositivo tecnológico. Dessa maneira, as crianças e adolescentes a quem se destina esse recurso de tecnologia assistiva encontram-se numa fase e que não têm internalizada a leitura como código, sentido, instrumento simbólico. Elas se encontram na fase da pré-leitura, aquela em que a pessoa precisa aprender a ler a palavra, mas não somente a palavra, a palavra em contexto, palavra banhada na historicidade, no mundo da cultura. A pessoa cega e com baixa visão necessita ser ensinada, desafiada, incentivada, orientada, para o exercício da leitura, para se

apropriar do mundo da cultura. Britto discorre que “ler não é fácil” (2015b) mas relata que é um comportamento aprendido que exige muito esforço, disciplina, perseverança e tempo, por isso há que se envidar esforços para que as crianças e adolescentes cegos e com baixa visão aprendam e desenvolvam práticas de leitura.

Essa reflexão encaminha para a situação peculiar que se encontram as pessoas cegas. Elas têm sido alfabetizadas e atendidas nas suas necessidades muito tardiamente. Em alguns casos as famílias passam um longo período vivenciando o luto do filho que foi projetado, mas que não chegou. Há situações que a pessoa cega fica “guardada” e “protegida” dentro de suas casas como se não tivessem a possibilidade de se desenvolver.

O mito da normalidade ainda acomete muitas famílias que acabam “lendo” os seus como “diferentes”, “deficientes”... pessoas da falta, da incapacidade, da não possibilidade. Essa situação prejudica o desenvolvimento da pessoa que nasce cega ou com baixa visão, pois no momento de maior desenvolvimento humano (primeira e segunda infâncias), período ímpar de conexões neuronais (plasticidade cerebral), ela acaba sendo negligenciada de se desenvolver o mais plenamente possível. Ela acaba sofrendo o desamparo social imbuído de barreiras atitudinais por uma sociedade que encontra dificuldades severas de lidar com as diferenças, especialmente as que vivenciam as PNEEs.

Góes (2010) em seu estudo da teoria histórico-cultural propõem que:

O postulado de Vigotski sustenta que o sujeito é na vida social, e que, portanto, suas possibilidades de desenvolvimento estão nele e noutros membros da cultura em que vive (...) com essa observação não se pretende diluir o individual no social, mas ressaltar que a relação se dá entre o eu e o outro, em encontros presenciais ou não (p. 38).

De posse dessa compreensão se torna um imperativo ético, político, estético e técnico do educador, preparar um “terreno”, o mais fértil possível, que garanta a instrumentalização e o empoderamento da pessoa cega com a aquisição da palavra/leitura. Góes (2010) explicita que:

Ao focalizar o cego, Vygotski considera que o alfabeto braille, ao dar acesso à leitura e à escrita, tem importância muito maior que a sutileza do tato e do ouvido; a cegueira não é vencida pela compensação sensorial em si, e sim **pela linguagem, pela palavra, pelo mundo dos conceitos**(GÓES, p.40).

A ação educativa imbuída com um olhar sensível e intervenções pedagógicas intencionais que provoquem o desenvolvimento das funções psíquicas superiores da pessoa... o educador nesse processo? Presença política. Nesse contexto:

O trabalho educativo precisa ser orientado para o domínio de atividades culturalmente relevantes, para elevação dos níveis de generalidade do pensamento e para a capacidade de significar o mundo (GÓES, 2010, p.40).

A pessoa cega é compreendida como sujeito de direitos que precisa ser “mergulhada” no mundo da mais refinada cultura, no que ela possui de melhor.

3.1 Tecnologia Assistiva: um recurso de acessibilidade materializado em audiolivro.

Na segunda década do século XXI, no Brasil, muito se discute sobre a inclusão de PNEEs. Há todo um corpo de legislação desde a Constituição Federal de 1988, até a Política da Educação Especial com a perspectiva da educação inclusiva, chegando-se a construção da Lei Brasileira de Inclusão 13.146/15. Houve muitos avanços no que se refere ao campo da legislação e mesmo de algumas práticas, mas ainda há muito que se fazer.

Como exemplo pode-se realizar uma breve visita às bibliotecas de escolas públicas na região norte do país, e mesmo no oeste do estado do Pará. Certamente o encontro será com um bom acervo de livros literários diversos, todavia em se tratando de livros transcritos para o BRAILLE evidencia-se escassez. Uma curiosidade neste exemplo que não pode deixar de ser mencionado é que há bibliotecas, mas poucos profissionais nesses espaços. Há bibliotecas, mas as crianças e os adolescentes raramente acessam os livros nelas “guardados”,

“protegidos”. Para as pessoas cegas matriculadas nas escolas públicas resta a pouca possibilidade do acesso à leitura de livros de literatura. A elas são cerradas as portas das possibilidades do pleno desenvolvimento humano pela via da apropriação da palavra com o acesso à literatura.

Diante dessa problemática, esta pesquisa desenvolve a proposta de organização audiolivros, traduzindo livros de literatura infanto-juvenil para a voz. A sonoridade das palavras, dos versos, das narrativas, dos contos, dos mitos e lendas... Os sentimentos de raiva, alegria, solidão, indignação, resignação... As tramas e os dilemas de muitos personagens podem “tocar” os ouvidos de crianças e adolescentes com a palavra anunciada, proclamada, narrada, oralizada, sussurrada, às vezes...

Palavras “grandes” e “pequenas”, “curtas” e “compridas”, “quentes” e “geladas” carregadas de sentidos e sentimentos ganham significação aos ouvidos, geram dúvidas, inquietação, interação, raiva, tristeza, satisfação, muitos risos, gargalhadas, imaginação.

Com essas palavras “ditas” sempre de um jeito diferente esboça-se o desafio de alcançar crianças e adolescentes cegos e com baixa visão. Inicialmente nas associações de cegos do município de Santarém, depois alçando outros voos que alcancem “nichos” cada vez mais distantes na Amazônia Paraense.

Traduzir em voz livros de literatura infanto-juvenil implica disponibilizar material acessível para esse segmento social a muito marginalizado. Pretende-se disponibilizar um acervo literário em que as crianças e os adolescentes possam conhecer e se “banhar” no universo da poesia, das narrativas e das crônicas. Entendendo como Brito que:

A experiência da leitura, especialmente (mas não só) a que se realiza pelo texto literário, representa a possibilidade “de descoberta e de renovação de nossa experiência intelectual e moral, de adestramento reflexivo, de um exercício de conhecimento do mundo, de nós mesmos e dos outros (BRITTO, 2014, p.34).

Espera-se que o recurso acessível de audiolivro se constitua em instrumento de compartilhamento de um “pedaço” da produção cultural escrita com as crianças e adolescentes cegos e com baixa visão.

3.2 E o que é mesmo tecnologia assistiva?

Bersch (2012) desenvolve um conceito de tecnologia assistiva que auxilia na compreensão da amplitude que este termo envolve tanto no campo conceitual como nas possibilidades de vivências com maior qualidade das PNEEs. Assim TA significa:

TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo um arsenal de **recursos** e **serviços** que contribuem para proporcionar e ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão (BERSCH; MACHADO, 2012, p.80).

A proposta da assunção do uso de tecnologia assistiva para a garantia de acesso aos bens da cultura pelas pessoas NEES é orientada e fundamentada no paradigma dos Direitos Humanos que ratifica no artigo 26 da declaração:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ONU, 1948).

Assim a escola, instituições de ensino superior e outras instituições inscritas na sociedade precisam depreender maiores esforços na elaboração de recursos tecnológicos que alcancem grupos marginalizados e alijados de saberes produzidos e sistematizados historicamente e incluído no mundo da cultura.

Há que se mobilizar diferentes profissionais de diversos campos formativos para pensar a TA, visto que se configura:

É uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada a atividade e participação,

de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007, p.4).

Bersch (2012) nos seus escritos sobre TA realiza uma reflexão interessante a de que a tecnologia para uma pessoa sem deficiência torna a vida mais fácil, todavia a para as pessoas com deficiência a tecnologia pode tornar possível algumas atividades na vida.

3.3 A quem serve a tecnologia assistiva?

Às PNEEs. De acordo com a legislação brasileira vigente, decreto 7.611/11, compreende as pessoas com deficiência (pessoas cegas ou deficiência visual, pessoas surdocegas, pessoas surdas ou com deficiência auditiva, pessoas com deficiências físicas, múltiplas deficiências); pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e pessoas com altas habilidades ou superdotação. Já a Lei Brasileira de Inclusão LBI nº 13.147/15 garante a pessoa com deficiência o uso da tecnologia assistiva.

3.4 O Audiolivro é um recurso de Tecnologia Assistiva?

O conceito de recurso de acessibilidade propõem que “todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida seja utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência” (BERSCH, 2012, p.84) e têm como objetivo proporcionar maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação do repertório de conhecimentos, experiências e vivências das PNEEs.

Neste sentido o audiolivro se configura em um recurso acessível de tecnologia assistiva, dentre outros necessários para o desenvolvimento das máximas qualidades humanas das pessoas cegas ou com baixa visão, visto que

pode facilitar e/ou tornar possível à realização de uma ação necessária ou desejada (BERSCH, 2012).

3.5 Como se produz o recurso de acessibilidade audiolivro?

O recurso de acessibilidade no formato do audiolivro é de baixo custo, para a sua produção utiliza-se de vozes voluntárias, mídias de gravação de voz (pode ser aparelho celular ou gravador), livros literários do público infanto-juvenil, um espaço protegido de ruídos.

Quanto às vozes neste projeto há esforços de três pessoas que voluntariamente as emprestam para a tradução dos livros de literatura escrita para voz, a saber, duas acadêmicas de letras da UFOPA, turma 2017. As mídias de gravação são aparelhos celulares das voluntárias e gravadores de voz emprestado do Grupo de estudos e pesquisa de Formação de Professores na Amazônia Paraense - FORMAZON, da Universidade Federal do Oeste do Pará, coordenado pela professora Dra. Solange Ximenes. Os livros de literatura infanto-juvenil são emprestados da biblioteca do projeto “Ler Literatura” - LELIT, projeto coordenado pelo professor Dr. Percival Britto. Já os espaços em que são traduzidos os livros em palavras são as salas do grupo de pesquisa FORMAZON, sala dos professores da UFOPA e uma biblioteca particular.

O projeto consta com um acervo inicial composto de cinquenta títulos de livros infanto-juvenis que serão gravados em mídia tecnológica (pen drive) e disponibilizados para crianças cegas e com baixa visão das duas associações de cegos do município de Santarém.

A captação de um número inicial de pen drives foi possível a partir de uma campanha de doação mobilizada com o apoio da mídia local, da UFOPA através do Núcleo de Acessibilidade, da Gestão acadêmica e de três grupos de pesquisa, FORMAZON, LELIT e GEPEI – Grupo de Estudo e pesquisa em Educação Infantil, coordenado pela professora Dra. Sinara Almeida.

Atualmente o projeto está em fase de gravação dos audiolivros nos pen drives. Outro momento será o da disponibilização desse recurso para as pessoas que se configuram público alvo do projeto, as crianças e adolescentes cegos e com baixa visão das associações de cegos de Santarém a ASSIC e a Adevibam.

As duas associações são espaços sociais importantes, visto que se configuram em lugares de organização e de lutas das pessoas cegas ou com baixa visão. Desse modo, foi o lugar eleito para o reabastecimento dos pen drives com novos audiolivros uma sistemática que será desenvolvida trimestralmente que comporá a agenda das associações supracitadas.

Outras campanhas de arrecadação de pen drives se farão necessárias para que o projeto possa ser expandido de modo a atender estudantes cegos incluídos em escolas das secretarias estadual e municipal. Pretende-se institucionalizá-lo junto a UFOPA, além de buscar alternativas de financiamento que viabilize a organização de um espaço apropriado e equipado para a produção dos vídeos tornando-os cada vez mais profissionais, com mais qualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar vivo no mundo em interações sociais diversas com outros seres humanos desperta uma busca incessante por desenvolver ações educativas que confirmem sentido a existência, a minha e a dos outros. Desse modo, mergulhada no mundo “cegal” e imbuída de um compromisso com esse grupo de pessoas desafio-me cotidianamente a ler literatura e a traduzi-las em palavras.

Tenho a esperança de que a literatura oralizada provoque a ampliação do repertório de palavras, sentimentos, vivências e imaginação de crianças e adolescentes cegos e com baixa visão e que estes livros escutados, contribuam para a apropriação real da escrita e da leitura, por eles com o aprendizado do BRAILLE.

A aquisição da escrita e a árdua tarefa da leitura se configuram como caminhos possíveis para melhor organização social, política, ética e estética desse

grupo. Que luta diariamente por sua inclusão social e escolar, tendo assegurado o seu direito de ser diferente – simplesmente, ser gente!

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva *in*. SILUK, Ana Cláudia. Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática Pedagógica. Santa Maria: UFSM, Centro de Educação, laboratório de pesquisa e experimentação, 2012.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão**: estatuto da pessoa com deficiência, nº 13.146/15.

BRITTO, Luiz Percival. **No lugar da leitura**: biblioteca e formação. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Brasil Literário, 2015 a.

BRITTO, Luiz Percival. **Ao revés do avesso**. 1ª Ed. São Paulo: Pulo do Gato, 2015 b.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evoluções e desafios *in*. Revista portuguesa de educação. Universidade de Minho: 2003.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. As contribuições da abordagem histórico-cultural para a pesquisa em educação especial *in* BAPSTISTA, Claudio Romero; CAIADO, Kátia Regina; JESUS, Denise Meyrelles de (orgs.). **Educação Especial**: diálogo e pluralidade. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris: 1948.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Casos de Ensino na Formação Continuada à Distância de Professores do Atendimento Educacional Especializado**. São Carlos, 2016, 305 f. tese (Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, 2016.